Escravidão e "consciência de classe" na Nova Friburgo da primeira metade do século XIX: notas introdutórias a uma análise histórico-antropológica.

Daniel Martinez de Oliveira

Resumo

O artigo constitui-se, brevemente, na introdução a uma nova forma de abordagem sobre o tema da escravidão, a partir da discussão do conceito de "consciência de classe". Tem como objetivo dar um primeiro passo na direção apontada, chamando a atenção de outros pesquisadores para a possibilidade de trabalhá-la a partir de uma abordagem histórico-antropológica do tema. Utilizando instrumental teórico de E. Thompson, tentou-se fazer uma breve introdução à idéia de que os escravos não formavam uma "classe", através do exemplo de Nova Friburgo. O tema proposto é original, uma vez que praticamente não há trabalhos que versem sobre a origem dos escravos de Nova Friburgo, e menos ainda sobre a formação de identidades entre eles. Prova disso foi a necessidade de realizar a pesquisa de fontes a fim de observar a possibilidade de desenvolvimento do tema.

Palavras-chave: Escravidão – História de Nova Friburgo – "consciência de classe" – Edward Thompson

Abstract

The present article is briefly constituted by an introduction to a new form of approaching the theme of slavery, from the discussion of the concept of "class consciousness". It has the purpose of giving one first step in the direction pointed out, calling the attention of other researches to the possibility of working on it from an historical-anthropological approach of the theme. Using theoretical instruments by E. Thompson, the article was supposed to do a brief introduction to the idea that the slaves were not one "class", through the example of Nova Friburgo. The theme suggested is original, for the reason that, practically, there are not works that state about the origin of the slaves of Nova Friburgo, and less about the formation of identities between them. The evidence of this was the necessity of achieving research on sources in order to observe the possibility of developing the theme.

Key-words: Slavery – History of Nova Friburgo – "class consciousness" – Edward Thompson

Pesa em teu sangue a voz de ignoradas origens.
As florestas guardam na sombra o segredo da tua história.
("Negro" – Raul Bopp)

Introdução

O tema da escravidão negra tem sido muito discutido nas últimas décadas. Mas resta muito que escrever e investigar, uma vez que a variedade de temas e abordagens tem-se ampliado sobremaneira nos últimos anos. As contribuições da antropologia têm sido importantes na renovação e ampliação dos debates no âmbito desses estudos.

Na torrente das discussões atuais, tem-se estudado aspectos que antes quase não apareciam em trabalhos sobre a escravidão nas Américas, ou apareciam cheios de equívocos e idealizações. Entre esses novos aspectos, podemos citar a família escrava, a possibilidade de práticas econômicas entre os cativos, o fator da negociação entre escravos e senhores, entre outros[1].

Vêm aparecendo, também, inúmeros trabalhos que discutem as linhas interpretativas sobre o papel ocupado pelo escravo na sociedade[2]. Seus autores mostram que as visões dualistas, nas quais o escravo aparece ora como 'herói', ora como 'coisa' são, senão equivocadas, ao menos insuficientes. Eles ensaiam novos olhares sobre a escravidão – olhares "desde dentro", olhares "desde baixo"[3] –, buscando reconstruir a imagem e a vida de um escravo mais real e abandonando as visões mais idílicas ou radicalistas[4].

O presente artigo pretende constituir-se, brevemente, na indicação de uma nova forma de abordagem sobre o tema da escravidão, a partir da discussão do conceito de "consciência de classe". E tem como objetivo principal dar um primeiro passo na direção aqui apontada, chamando a atenção de outros pesquisadores para a possibilidade de trabalhar a partir de uma abordagem histórico-antropológica do tema.

A idéia aqui defendida é a de que os escravos não constituíam uma "classe", dada a inexistência de uma "consciência de classe" por parte deles. Para essa discussão, utilizaremos os estudos de Edward Thompson e alguns de seus conceitos, como o de "luta de classes sem classes", e tomaremos o caso de Nova Friburgo que, apesar de se constituir num exemplo muito específico, poderá levar a reflexões mais gerais.

A discussão sobre as revoltas de escravos na Villa de Nova Friburgo, e as respectivas repressões, dará algum corpo ao texto, mas seu enfoque é principalmente teórico. Partiremos de dois pontos básicos: a resistência dos escravos e os mecanismos ideológico-culturais de dominação perpetrados pela elite política da Villa. Quando falamos de elite política, referimo-nos a dois grupos principais: A Igreja e os setores escravistas luso-brasileiros[5].

O primeiro grupo tem suas raízes ainda no processo de formação da Colônia de Nova Friburgo, estando, pois, presente desde os primórdios de sua história. Exemplo da inserção da Igreja nesse processo é a atuação de Jacob Joye, vigário nomeado por D. João VI

---

[1] São exemplos os trabalhos de Mattoso, 1990; Reis & Silva, 1989; Meillassoux, 1995.
[2] Ver, por exemplo: Reis & Silva *op. cit.*
[3] V. Slenes *in* Abreu & Mattos, 1998.
[4] A autora Kátia Mattoso traz interessante discussão sobre o tema (Mattoso, *op. cit.*); assim como o trabalho de Reis & Silva, *op. cit.*
[5] V. os capítulos iniciais de Araújo & Mayer, 2003.

para a colônia. O poder da Igreja era expresso através da repressão aos colonos e do controle dos escravos. Suas ações respondiam diretamente às ordens do Império.

Com respeito aos luso-brasileiros, estavam representados pela Câmara Municipal, dentro da qual os colonos suíços – e posteriormente alemães – não tinham representatividade política. Além das atitudes contra os colonos, a Câmara empreendia ações diretas contra os grupos escravos, como se verá mais adiante.

A capacidade de organização de revoltas entre os escravos talvez seja o fator de maior importância para este breve estudo, uma vez que se pretende discutir a possibilidade de uma "consciência de classe" entre os cativos. Sem dúvida, isso nos leva a refletir sobre a forma através da qual esse grupo se enxergava e sobre como enxergava a sociedade na qual vivia.

Recorte temporal

O marco temporal mais importante para o estudo aqui proposto talvez seja 1831, uma vez que foi nesse ano que se extinguiu a colônia de Nova Friburgo. Entre os motivos que levaram ao seu fim, podemos citar: as péssimas condições dos lotes doados aos colonos e sua conseqüente dispersão em busca de melhores terrenos para o plantio; os anos de extorsão dos colonos por parte da Câmara Municipal, incluindo os trabalhos forçados para a manutenção de pontes e estradas; e os atrativos do cultivo de café nas terras mais quentes de Cantagalo e Macaé.[6]

A década de 1830, além disso, tem importância nos estudos da repressão aos escravos em Nova Friburgo, devido às medidas mais severas que foram tomadas, no sentido de manter o controle sobre os cativos e combater a constante ameaça à ordem da sociedade friburguense. Isso se deveu ao contexto de fugas massivas de escravos, revoltas e à organização da escravaria que, em 1835, por exemplo, teria se articulado visando uma grande sublevação.

Na época, dois fatos serviram para ampliar o medo da elite friburguense, marcando os seus discursos: o temor da "haitização", que havia sido ampliado depois das várias rebeliões que haviam sacudido a província fluminense, e a revolta dos escravos malês, que

[6] V. primeiro artigo de Jorge Miguel Mayer *in* Araújo & Mayer, *op. cit.*

provavelmente chegou aos ouvidos dos proprietários de escravos de Nova Friburgo que negociavam na praça mercantil do Rio de Janeiro.[7]

Sugerimos o ano de 1850 para finalizar a análise, por causa, principalmente, da Lei Eusébio de Queirós que, ao proibir o tráfico transoceânico de escravos, lançou as bases para uma nova configuração da aquisição de mão-de-obra escrava e implicou na ampliação da repressão e controle dos escravos, dados a escassez dessa mão-de-obra e seu alto preço, com o tráfico interprovincial.

Os estudos sobre a escravidão no Brasil

As visões mais clássicas sobre a escravidão tenderam a priorizar o aspecto mais reificado do escravo, enxergando na sua relação com o mundo apenas a característica do escravo-mercadoria. Essa visão, porém, privilegia **uma** nuança da situação do escravo – a de bem mercantilizado – e deixa de lado a pluralidade de dimensões de sua trajetória social[8].

O conceito de escravo indicado pelo Prof. Marcelo Rede parece-nos quebrantar, satisfatoriamente, o problema de incluir as várias dimensões econômico-jurídico-sociais desse tipo de trabalhador e de suas variações históricas no tempo, no espaço e nas sociedades, uma vez definindo escravo como o "*tipo de trabalhador que, no interior do processo de produção, não estaria apenas apartado do controle dos meios produtivos* [...] *mas também privado do controle de seu próprio esforço produtivo*".[9]

Tal conceito permite-nos admitir 'escravo' como uma categoria econômica, sem desprezar as outras facetas desse tipo de trabalhador. Não se trata de um determinismo a partir do processo produtivo, e pode ser um interessante denominador conceitual[10]. Com ele, é possível vislumbrar o escravo como um ser humano pensante e que sente, mais do que uma mera **coisa**. Ele permite estudar o escravo a partir do seu próprio ponto de vista, seja sobre si mesmo, seja sobre a sociedade em que está inserido, sem, com isso, recusar a imposição do cativeiro sobre ele.

Num âmbito geral, com respeito às obras mais clássicas sobre a escravidão no Brasil, cremos que há duas vertentes principais de exame do tema, que representam duas das

---

[7] Gioconda Lozada (Lozada, 1991, pp. 74-76) também aponta para a possibilidade de comunicação entre os escravos de Nova Friburgo e "pretos" forros, mascates, nas estradas que cercavam a Villa. Tais encontros poderiam, segundo a autora, ter levado a que os escravos da Villa soubessem das agitações noutras regiões.
[8] Ver interessante contribuição do Prof. Marcelo Rede *in* Cardoso, 1998.
[9] *Idem.*
[10] *Ibidem*.

principais correntes teóricas da historiografia. Podemos denominá-las de visão "dualista-classista" e visão "paternalista" da escravidão.[11]

Como representantes da primeira, podemos citar alguns autores marxistas[12], principalmente, que vêem os escravos como uma classe social *per si*, a partir de um ponto de vista mais estrutural. O escravo, para parte desse grupo de pesquisadores, é engajado na luta por sua liberdade e tem uma posição heróica diante da repressão que lhe é imposta.

Representando a segunda visão, estão autores como Gilberto Freyre[13]. Trata-se de uma interpretação paternalista da escravidão, sob a qual se vê a condição dos escravos bastante amenizada, quase como uma continuação das relações intra-familiares. Os estudiosos que seguem essa linha enxergam a escravidão brasileira de um ponto de vista idealizado e, por vezes, idílico.

Claro está, para nós, que existem trabalhos que mesclam as duas visões "principais", como é o caso da historiadora Kátia Mattoso[14]. Enquanto outros inauguram, de certa forma, uma nova abordagem, mais antropológica, a partir do estudo das relações familiares entre os próprios escravos, ainda que seja para demonstrar que a escravidão corrompe as estruturas de parentesco africanas.[15]

Mattoso, por exemplo, não está de acordo com a possibilidade de formação de relações familiares entre os escravos, para quem "*não será* [...] *através da família* [...] *que o negro adquirirá sua identidade social*"[16]; enquanto autores da linha de Florentino[17] o reconhecem como fator essencial de integração entre os cativos e de reprodução do sistema escravista.

O espaço do escravo na realidade brasileira e o significado de seus atos de resistência têm sido objeto de discussões. Para Clóvis Moura, "*na sociedade escravista o escravo, pela sua posição no espaço social, para dinamizá-la tem de negá-la*"[18]. Segundo ele, a impossibilidade de ascensão por parte dos cativos é que os levaria a revoltas, num ato de negação do sistema.

Já Eduardo Silva[19] diz que o escravo só buscava a ruptura em último caso, quando todas as tentativas de negociação já houvessem falhado. Segundo o seu ponto de vista, a

---

[11] V. discussão nos capítulos iniciais de Mattoso, *op. cit.* e na Introdução e capítulo 5 de Reis & Silva, *op. cit.*
[12] V. Cardoso, 1982; 1998.
[13] Em sua célebre obra *Casa Grande & Senzala*, mas também *in* Freyre, 1985.
[14] Mattoso, *op. cit.*
[15] Meillassoux, *op. cit*; V. tb. discussão em Faria & Slenes, 1998.
[16] Mattoso, *op. cit.* p.105.
[17] Segundo consta em Slenes & Faria, *op. cit*.
[18] Moura, 1987, p. 11.
[19] Reis & Silva, *op. cit.*, p. 9.

“brecha camponesa” seria de grande importância para o estudo da escravidão, pese a que tem sido negligenciada por alguns historiadores brasileiros. O fenômeno, ainda segundo Silva, deveria ser estudado não só como uma simples abertura à liberdade, mas também como um mecanismo de controle, com função ideológica na negociação entre senhores e escravos.

Ao que parece, tem se concretizado essa tendência a uma forma de interpretar a escravidão brasileira, que não privilegia nem o caráter heróico do escravo, nem o caráter idílico da escravidão, que seriam “*apenas ênfases históricas*”.[20] O tipo de abordagem aqui proposto deve encarregar-se de representar esta visão.

A escravidão na História Regional

Com respeito à história de Nova Friburgo, existem vários trabalhos[21] sobre a criação da colônia suíça, sua extinção e a posterior história do município. Mas só recentemente tem-se pesquisado mais profundamente certos aspectos importantes da história das primeiras décadas da então Villa de Nova Friburgo.

Os estudos mais antigos[22] nem sequer citam a presença de escravos na região, atendo-se principalmente à vinda dos colonos suíços – e alemães –, ou a sua saga ao embarcarem em suas terras rumo ao desconhecido. Além disso, enfatizam o caráter pretensamente europeu, branco e livre da Friburgo brasileira.

Nas últimas décadas, entretanto, têm surgido estudos baseados em investigações mais profundas, nos quais já aparece a presença de escravos em Nova Friburgo, e nos quais se trata da importância da economia escravocrática para a região, entre outros aspectos.

Exemplos de trabalhos que trazem novas abordagens sobre as primeiras décadas de Nova Friburgo são as obras *Presença Negra em Nova Friburgo*[23] e alguns dos artigos do livro *Teia Serrana*[24], cujos autores vão além das análises celebrizadas, nas quais a população da cidade aparece marcadamente branca, européia e livre. A maioria dessas obras desprezava a presença prévia de portugueses na localidade conhecida como Fazenda do Morro Queimado, a falta de autonomia dos colonos suíços – e, posteriormente, dos alemães –, a falência do projeto da colônia e o trabalho escravo na Vila.

---

[20] Reis & Silva, *op. cit.*, p.78.
[21] Vide bibliografia específica de História Regional, ao final do presente artigo.
[22] Como os de Pedro Curio, Acácio Ferreira Dias, Galdino do Valle Filho (Vide bibliografia específica de História Regional, ao final do artigo).
[23] Lozada, *op.cit.*
[24] Araújo & Mayer, *op. cit.*

O ponto que mais interessa aqui é exatamente a questão da presença de escravos na região. Trabalhos recentes, como os supracitados, já deram uma mostra do que pode ser considerada uma verdadeira renovação na historiografia friburguense. A obra de Gioconda Lozada[25], por exemplo, mostra um novo olhar sobre a Nova Friburgo dos primeiros tempos. Seu trabalho parte já da época em que os suíços chegaram, e nele se comenta a existência de um quilombo na região de Lumiar.

Também o historiador suíço Martin Nicoulin faz chegar às nossas mãos a prova da existência de tal quilombo, através de uma carta do colono suíço Antoine Cretton de Martigny, de 1824, sobre uma expedição em busca de terras mais quentes para a plantação de café. De acordo com o colono,

> formou-se uma caravana de dezesseis pessoas munidas de víveres para vinte dias. [...] Ao cabo de oito dias de marcha, deparamos com um quilombo; é um esconderijo de negros fugidos que, para escaparem das crueldades dos portugueses, vão viver juntos em montanhas quase inacessíveis.[26]

No caso da repressão aos escravos, a dissertação de Mestrado de José Carlos Pedro[27] é uma interessante fonte. Em um de seus capítulos, o autor discute a criação das Companhias de Assalto para a captura de escravos fugidos. Pedro diz que, na década de 1820, já existiam algumas Cias. de Assalto, e que o número aumentou na década seguinte. A pesquisa realizada por ele mostrou que a preocupação com o controle dos escravos já existia desde a criação da colônia, uma vez que em suas cercanias encontravam-se inúmeras fazendas escravistas.

O contexto de revoltas

Na década de 1830, a ocorrência de revoltas e a articulação dos escravos pareciam atordoar os políticos da Villa que, reunidos na Câmara no dia 20 de dezembro de 1835, já atentavam, de acordo com o Fiscal do 3° distrito do Rio Preto, Silvério Roiz de Lima, em ofício à Câmara, para

> os sustos em que se acham os moradores do distrito pelos estados de insubordinação dos escravos que diariamente vagam pelas estradas e fazendas [...] vizinhança, armados e proferindo palavras tendentes a uma sublevação.[28]

---

[25] Lozada, o*p. cit.*
[26] MONGEON, L.: Une lettre de la Nouvelle Fribourg. In *Annales Fribourgeoises, 1924, pp.195-196. Apud:* Nicoulan, 1995.
[27] Pedro, 1999.
[28] Registro Geral das Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo – registro de 20/12/1835.

Linhas abaixo, o ofício informa que a população daquela localidade já estaria se retirando de suas casas, com medo da possível revolta. A preocupação era grande e a solução, segundo o documento, seria "*uma boa polícia que velando sobre as ações dos escravos não consinta que andem armados e proibindo toda e qualquer relação com os de outras fazendas*"[29], coibindo as ações com força armada, quando fosse necessário.

Chama a atenção a aparente organização dos escravos fugidos, "*que presentemente vagam armados pelas fazendas e estradas com o fim de transmitir de uns aos outros uma aterradora sublevação no dia 25 do corrente*"[30].

Em ofício[31] datado de 28 de dezembro, e encaminhado à Câmara Municipal, o Juiz de Paz do 1° Distrito informava sobre as "*novidades ocorridas pela escravatura*" e exigia providências "*para o fim de se poderem evitar males futuros*". O medo da "haitização" pode ser apreendido em passagem posterior do mesmo ofício.[32]

A Câmara Municipal enviou uma cópia do ofício redigido pelo Juiz de Paz ao então presidente da província, a fim de que "*V. Exa. melhor se informará do estado em que nos achamos ameaçados*", uma vez que a população estaria "*a perecer a cada momento nas garras de tão ferozes inimigos que de cada lado abundam e* [...] *circulam mesmo no ceio* [*sic*] *de nossas famílias*"[33]. Em anexo, enviam as novas Posturas, pedindo a aprovação do presidente para "*que adiante* [...] *deva já começar a ter vigor*".

Essas novas Posturas são uma clara tentativa de controlar a situação. Nos principais artigos determinam-se, entre outras regras: a proibição de reunião dos escravos de diferentes fazendas; a prisão imediata de escravos diante de qualquer indício de rebelião; passeios ou rondas por parte dos escravos após as oito horas da noite. [34]

O controle dos escravos era indispensável ao funcionamento de uma sociedade escravista, como era a friburguense à época. Porém, os escravos conseguiam resistir, fosse através da cultura, de suas manifestações religiosas, de seus cantos; fosse, por vezes, através da fuga, da revolta ou da autoflagelação e morte.

Alguns grupos de escravos de Nova Friburgo parecem ter feito o possível para a sua libertação, organizando rebeliões, criando redes de comunicação, fundando quilombos; ou

---

[29] *Idem.*
[30] Registro Geral das Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo – registro de 20/12/1835.
[31] Registro Geral das Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo – registro de 28/12/1835.
[32] *Idem.* "*se tem divulgado e* [...] *tem causado os maiores e justos receios do lado das Guardas Nacionais* [sobre] *o perigo* [de] *uma tentativa de insurreição e que só uma vigilante polícia e punição com seriedade requer a aqueles que o aliviam deveres que sua execução acarretariam, faz tomar ao Brasil inteiro"*
[33] *Ibidem.*
[34] *Ibidem.*

seja, resistiram de várias formas e, amiúde, com toda a sua força. Outros parecem ter estado mais "inseridos" no sistema que lhes era imposto, buscando a confiança do senhor e a "comodidade" da *casa-grande*[35].

Os processos criminais da época mostram a luta ideológica travada na tentativa de relegar os escravos a uma posição menos humana. Eles, praticamente, não aparecem como testemunhas; estas são brancas, livres. Os cativos servem, no máximo, como informantes.

Caso interessante é o processo contra Antônio Pernambuco, Silvestre Crioulo e Valentim Moçambique, escravos de Boaventura Ferreira Maciel.[36] Ele serve para ilustrar tanto a resistência e a negociação entre escravos e senhores, como para exemplificar a condição do escravo nos processos criminais.

O documento data de 1850, e versa sobre a fuga de dezenove escravos da Fazenda Ponte das Tábuas, nas cercanias da Villa de Nova Friburgo. Os cativos teriam fugido devido aos maus-tratos do feitor da fazenda, mas regressaram após alguns dias, a fim de negociar com seu dono. Numa noite chuvosa, os escravos, ao se aproximarem da sede da fazenda, viram um vulto e o atacaram. Tratava-se do ferreiro, que acabou sendo assassinado por eles. O julgamento resultou na condenação dos três cativos organizadores da fuga.

A origem dos escravos no Rio de Janeiro

Sobre a origem dos escravos, Karasch[37] nos mostra, em seu estudo sobre o século XIX, a grande variedade de "nações" presentes na cidade do Rio de Janeiro. Tal variedade poderia corresponder à realidade do interior da província, uma vez que a praça de compra de escravos para essas regiões interioranas era a capital, principalmente.

Segundo sua pesquisa, há uma predominância, no Rio de Janeiro, de negros trazidos do Centro-Oeste Africano, o que compreende o Congo Norte (Cabinda), Angola e Benguela. Ainda de acordo com a autora, o significado desses termos "*não era consistente com a verdadeira identidade étnica*"[38]. Ela ainda aponta para um dado interessante: o de que "*escravos crioulos e pardos mantinham identidades e comunidades tão separadas umas das outras quanto das nações africanas*".[39] Informa-nos também que, no Rio de Janeiro do século

---

[35] Veja-se, com a as devidas ressalvas críticas: Freyre, 1985.
[36] Apelação crime - Arquivo Nacional nº 1191, maço 185; Transcrição: Arminda Lajas e José Roberto Góes (disponível no CDH – Pró-Memória de Nova Friburgo).
[37] Karasch, 2000.
[38] Karasch, *op. cit.*, p. 50.
[39] Karasch, *op. cit.*, p. 37.

XIX, entre as principais "nações" escravas, a "crioula" era representada por um número muito grande de escravos.

Levantamento preliminar feito no Centro de Documentação Histórica de Nova Friburgo[40], já deu uma idéia do número de "crioulos" na freguesia, entre 1820 e 1850, muito maior do que de qualquer outro grupo de cativos. Parece que a organização dos escravos de Nova Friburgo pode ter sido facilitada pela origem comum da maioria deles, ou seja, por serem nascidos no Brasil, lusófonos, já adaptados à realidade escravista do país e, em certa medida, da região estudada.

Thompson e o conceito de "consciência de classe"

No que tange ao suporte teórico, tomaremos por base, principalmente, os estudos de Edward Thompson. Sua noção de "classe social" é de grande validade, tal qual sua visão sobre "consciência de classe" e de "história vista de baixo".

Para Thompson, "classe" não corresponde a um conceito estático, estrutural. Uma "classe social" se forma historicamente, de acordo com as lutas históricas travadas pelos grupos sociais. Não é, portanto, um fator dado aprioristicamente, mas o resultado de lutas sociais. Além disso, "classe" seria uma formação tanto econômica quanto cultural.

Assim, a seu ver, a "consciência de classe" seria o que "*a classe efetivamente produziu, no processo (histórico) de seu auto-reconhecimento e construção*"[41]. Segundo a idéia de Thompson, as pessoas se enxergam numa sociedade com determinada estrutura, suportam a exploração e identificam interesses antagônicos; no curso das lutas que daí advêm, descobrem-se como uma classe, ou seja, passam a ter "consciência de classe".

Na mesma linha, a "história vista de baixo" busca promover a investigação e a reconstrução histórica a partir da religião, das práticas populares, das tradições e rituais das camadas "inferiores" na estratificação social. É o estudo desde um ponto de vista culturalista, o qual recebe o estímulo da antropologia. Esse estímulo viria através não dos modelos de análise, mas das novas dificuldades que a disciplina traria, através da visualização de "*velhos problemas*" em novas roupagens, enfatizando normas, rituais e atentando para as funções das

[40] Trata-se de pesquisa documental, realizada com base nos Livros de Batizados da Catedral de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850), tomos I e II, disponíveis no Centro de Documentação Histórica de Nova Friburgo (CDH – Pró-Memória) e nos arquivos da Catedral.
[41] V. SILVA, Sergio *in* prefácio a Thompson, 2001.

formas de amotinação e agitação, bem como para as expressões de autoridade, controle e hegemonia.[42]

Muito interessante, também, é a negação que Thompson faz da analogia "base-superestrutura", já que, segundo ele,

> [para fazer] a junção com a "antropologia social" [...] estou convencido de que devo abandonar o conceito [...] de "base" e "superestrutura", pelo qual "base" vem identificada com o "econômico", afirmando uma prioridade heurística das necessidades e comportamentos econômicos diante das normas e sistemas de valores.[43]

De acordo com o autor, tal analogia é "*totalmente inadequada*", pois tende ao reducionismo e ao mecanicismo vulgar, ao dispor alguns atributos humanos numa superestrutura e outros numa base.[44]

Para ele, "*a pressão do ser social sobre a consciência social*" se revelaria não pela relação vertical "base-superestrutura", mas por meio de: a) "*congruências*": conformidade com as regras sociais; b) "*contradição*": conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local; c) "*mudança involuntária*": mudanças posteriores na tecnologia, demografia etc., cujas repercussões involuntárias afetam o modo de produção em si.

As conclusões de Thompson são polêmicas, pois levam-no a negar pressupostos básicos da teoria marxista. Além disso, seus trabalhos se encontram numa direção bastante oposta da de outros autores marxistas contemporâneos[45], que estiveram sob influência do estruturalismo, e vêem o conceito de "classe" ligado a uma concepção muito mais estrutural e estática. Porém, as contribuições "thompsonianas" são muito valiosas, uma vez que permitem enxergar fatores que não eram privilegiados por outros autores marxistas.

As abordagens thompsonianas e os estudos sobre escravidão no Brasil

Para o estudo da escravidão brasileira, e mais especificamente para o tipo de abordagem que aqui propomos, as teses de Edward Thompson podem ser muito úteis. É o caso mesmo da discussão das relações entre escravos e senhores desde uma perspectiva de "luta de classes sem classes" ou, ao menos, da luta de classes com a presença de uma classe, dada a falta da "consciência" entre os escravos. A identidade – étnica, cultural, religiosa etc. –

---

[42] Thompson, *op. cit.*, p. 229.
[43] Thompson, *op. cit.*, pp. 252-253.
[44] Thompson, 2001
[45] V. Hindess & Hirst, 1976: os próprios autores tendo sofrido a influência de Althusser.

poderia influenciar na formação histórica de uma “consciência de classe” – ou talvez viesse a explicar a falta dela –, uma vez que os grupos de escravos talvez tendessem a se verem como grupos menores, mas nem por isso sem coesão: os “crioulos”, os “pardos”, os representantes das várias “nações” etc. Assim, não se reconheceriam como pertencentes a uma grande classe de explorados.

A investigação da cultura desses grupos, e de suas manifestações (rituais, religiosas etc.), através de um estudo histórico-antropológico, pode vir a revelar um pouco das possibilidades a que esteve aberta a escravidão no Brasil e as relações “identitárias” que se estabeleceram na sociedade escravista da primeira metade do século XIX, contribuindo para uma maior compreensão do próprio fenômeno da escravidão no país.

O caso friburguense

Se observarmos a Tabela 1 (em anexo), constataremos o fato de que, na Villa de Nova Friburgo, na primeira metade do século XIX – ou seja, nas primeiras décadas de sua existência –, o número de escravos ditos “crioulos” era superior à soma de todas as outras nomenclaturas. Se tomarmos por fontes as certidões de batismo da Villa no período analisado, veremos que cada grupo de cativos nascidos na África é muito inferior ao de cativos nascidos no Brasil.

Porém, se somarmos todos os escravos vindos da África, teremos um número significativo. Isso se amplia se nos fixarmos naquele número de escravos com origem não declarada ou identificados apenas pelo termo “de nação”. Essa forma de nomenclatura tem significativo aumento a partir de 1836/1837. É possível que parte desses cativos fosse de origem africana. O fato é que, a partir dessa tabela, é possível ver que muitos escravos da Villa de Nova Friburgo, na primeira metade do século XIX, tinham nascido na África.

Cabe ressaltar, além disso, a existência das mais variadas situações em que se encontravam os escravos nascidos no Brasil: desde aqueles que viviam na casa de seus senhores e se sentiam mais parte da família que da escravaria, passando por aqueles que trabalhavam nas plantações e tinham sua horta particular, até os casos mais extremos de castigo, revolta e fuga. Além do fato de que os próprios escravos nascidos no Brasil viam-se divididos em grupos distintivos de acordo com as variações de cor: os pardos tinham mais afinidade com o mundo dos brancos, e eram motivo de inveja para alguns negros, etc. Tudo isso poder-se-ia aplicar, relativamente, ao caso friburguense também.

De acordo com os estudos citados e com os dados levantados, é possível dizer que os negros, dificilmente, se enxergavam como uma "classe", grupo único de explorados. Fossem motivos para isso as diferenças de língua, cultura, religião, ou simplesmente a concorrência de alguns para serem mais "brancos" dentro de uma sociedade altamente racista e discriminatória.

Conclusão

Este pequeno artigo tentou mostrar um caminho novo para a pesquisa da História Regional de Nova Friburgo e também para uma possível nova abordagem sobre a escravidão no Brasil. Através da discussão sobre os conceitos de "classe" e "consciência de classe", e utilizando instrumental teórico de E. Thompson, tentamos fazer uma breve introdução à idéia de que os escravos não formavam uma "classe", através do exemplo de Nova Friburgo.

O tema aqui proposto é original, uma vez que praticamente não há trabalhos que versem sobre a origem dos escravos de Nova Friburgo, e menos ainda sobre a formação de identidades entre eles. Prova disso foi a necessidade de realizar a pesquisa de fontes a fim de observar a possibilidade do desenvolvimento do tema. Praticamente não havia trabalhos que nos informassem sobre a origem desses escravos. O levantamento preliminar[46], feito com base nos livros de batizados, foi a primeira pesquisa totalmente voltada para essa questão. E, trata-se de uma pesquisa reduzida, básica: muito há que se pesquisar ainda, nestes e noutros documentos.

Com relação às fontes primárias, existe extensa documentação sobre o tema, sejam eles do Centro de Documentação Histórica, do Centro de Pesquisa e Memória da Câmara Municipal, do Fórum e do Cartório do 2° Ofício da cidade etc. Ademais, quaisquer pesquisas que excedam esse material provavelmente poderão ser feitas no Arquivo Nacional ou na Biblioteca Nacional, além de outros centros de documentação localizados no estado do Rio de Janeiro.[47]

---

[46] Vide nota 40, à página 9 do presente artigo.

[47] As "Cartas da Colônia": Trata-se de toda a correspondência oficial entre a Corte e a Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo; Registro de batizados: São os registros dos tomos I e II da Catedral de São João Batista de Nova Friburgo; Registro Geral das Atas da Câmara; Processos Judiciais: Tratam-se de processos contra escravos, ou nos quais eles aparecem, desde 1820; "Os Viajantes": Livros como os dos viajantes que estiveram, em meados do século XIX, na região; Outras: encontram-se principalmente no Centro de Documentação Histórica de Nova Friburgo: Códigos de Posturas; cartas de todas as épocas, sejam dos colonos, dos luso-brasileiros, de visitantes, do governo provincial, da Câmara Municipal, de famílias da região, etc.; fontes iconográficas; pareceres, ofícios e comunicações de autoridades; escrituras e inventários que incluem escravos.

Porém, há outro aspecto que valida a investigação aqui proposta: seus resultados implicarão numa possível mudança de postura da própria sociedade friburguense, uma vez que ajudarão a trazer à tona o fato de que a comunidade afro-friburguense, que hoje equivale a 1/3 da população total, não descende de um único grupo homogêneo vindo da África, como tem parecido ser. Além disso, o resgate de parte da história dos escravos e de suas origens poderá ajudar na valorização dessas raízes pelos seus descendentes e por toda a sociedade.

Esperamos, com este modesto trabalho de pesquisa, ter feito uma pequena contribuição ao estudo da História de Nova Friburgo e da escravidão no Brasil. Mas ele é, como se pôde constatar, apenas uma introdução. Cabe a outros pesquisadores, agora, dar o próximo passo.

Anexo: Origem dos escravos com base nos Livros dos Assentos de Batizados de Nova Friburgo (1820-1850)[48]

Origem	**1820**	**1821**	**1822**	**1823**	**1824**	**1825**	**1826**	**1827**	**1828**	**1829**
Angola	02	X	X	X	03	01	02	X	X	X
Benguela	X	X	X	X	X	X	02	X	02	12
Cabinda	01	05	X	01	07	02	02	X	04	02
“Cabra”	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Calabar	01	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Camundá	01	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cassangá	X	X	X	X	X	X	02	X	03	01
Congo	01	06	02	05	03	05	01	03	12	01
“Crioulo”	11	21	29	28	46	36	11	35	50	55
Mina	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Moçambique	02	19	04	09	08	07	03	X	16	07
Monjolo	X	X	X	X	X	X	X	X	02	X
Rebola	X	X	01	X	X	X	X	X	X	X
“de Nação”	02	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Não declarada	01	03	03	08	18	23	11	24	20	07

Tabela 1

Origem	**1830**	**1831**	**1832**	**1833**	**1834**	**1835**	**1836**	**1837**	**1838**	**1839**
Angola	01	X	X	X	X	X	X	X	X	01
Benguela	01	X	X	X	X	X	X	01	X	X
Cabinda	X	X	X	01	X	01	X	X	01	X
“Cabra”	X	X	X	X	X	01	01	01	X	X
Calabar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Camundá	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cassangá	X	X	X	01	X	X	X	X	X	X
Congo	01	01	X	X	X	X	14	X	08	X
“Crioulo”	47	64	58	77	63	61	80	85	109	89
Mina	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Moçambique	19	03	X	02	01	01	X	X	X	X
Monjolo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rebola	02	X	X	X	X	X	01	X	X	X
“de Nação”	01	02	02	03	02	06	14	44	23	39
Não declarada	120	39	11	20	13	32	14	39	74	33

Tabela 1 (continuação 1)

[48] Levantamento feito em agosto de 2006, com base nos Livros de Assentos de Batizados da Freguesia de São João Baptista de Nova Friburgo, tomos I e II (1820-1850), disponíveis no arquivo da Catedral de São João Batista de Nova Friburgo e no Centro de Documentação Histórica – Pró-Memória de Nova Friburgo. Autoria da pesquisa: Daniel Martinez de Oliveira & Priscila Erthal.

Origem	1840	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849
Angola	X	01	X	X	X	X	X	X	X	X
Benguela	X	10	02	04	X	X	X	X	X	X
Cabinda	01	04	01	03	X	X	X	X	X	X
“Cabra”	X	X	X	X	01	X	X	X	X	X
Calabar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Camundá	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cassangá	X	02	X	X	X	X	X	X	X	X
Congo	01	04	02	01	X	X	X	X	X	X
“Crioulo”	76	54	46	50	57	X	02	05	X	X
Mina	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Moçambique	01	02	02	X	X	X	X	X	X	X
Monjolo	01	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rebola	X	05	X	X	X	X	X	X	X	X
“de Nação”	27	12	15	39	X	X	X	01	X	X
Não declarada	45	10	09	39	06	02	04	01	01	01

Tabela 1 (continuação 2)

Origem	1850	Origem	Total
Angola	X	Angola	12
Benguela	X	Benguela	34
Cabinda	X	Cabinda	36
“Cabra”	X	“Cabra”	04
Calabar	X	Calabar	01
Camundá	X	Camundá	01
Cassangá	X	Cassangá	09
Congo	X	Congo	71
“Crioulo”	X	“Crioulo”	1.345
Mina	X	Mina	0
Moçambique	X	Moçambique	106
Monjolo	X	Monjolo	03
Rebola	X	Rebola	09
“de Nação”	X	“de Nação”	232
Não declarada	X	Não decla.	631

Total absoluto	2.494

Tabela 1 (continuação - final)

Referências Bibliográficas

1. ABREU, Maria; MATTOS, Hebe Maria. **Etnia e Identidades:** Resistências, Abolição e Cidadania. *In:* Revista *Tempo*, Vol.3 – n° 6, dez. 1998.

2. ARAÚJO, João Raimundo; MAYER, Jorge Miguel (coordenação). **Teia Serrana:** formação histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 2003.

3. ARQUIVO NACIONAL. **Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual**. Brasília, 1998, 2 volumes.

4. BALLACHEY, Egerton; CRUTCHFIELD, Richard; KRECH, David. **O indivíduo na sociedade:** Um manual de Psicologia Social. São Paulo: Pioneira, 1969.

5. BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980. (1852)

6. CARDOSO, Ciro Flamarion **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

7. _____. (coordenador). **Escravidão antiga e moderna**. *In:* Revista *Tempo*, Vol.3 – n° 6, dez. 1998.

8. CARNEIRO, Edison. **Antologia do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

9. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem:** A Elite Política Imperial. Brasília: Editora UnB, s/d.

10. CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições Sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

11. CHINOY, Ely. **Sociedade:** Uma Introdução à Sociologia. 7ª ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

12. DA MATTA, Roberto. **Relativizando:** Uma Introdução à Antropologia Social. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

13. FARIA, Sheila de Castro; SLENES, Robert. **Família escrava e trabalho**. *In:* Revista *Tempo*, Vol.3 – n° 6, dez. 1998.

14. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto:** Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

15. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio,1985.

16. HINDESS, Barry; HIRST, Paul Q. **Modos de produção pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

17. HOBSBAWM, Eric. **Mundo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

18. HUNT, Lynn. **A Nova História Cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

19. KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro:** 1808-1850. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

20. KLEIN, Herbert. **A Escravidão Africana:** América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

21. LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

22. LOZADA, Gioconda. **Presença Negra:** Uma nova abordagem da história de Nova Friburgo. Niterói, RJ: EDUFF, 1991.

23. LUKÁCS, Georg. "Histoire et conscience de classe". Paris: Lés Editons de Minuit, 1960. *In*: IANNI, Octavio (org.). **Teorias de estratificação social:** leituras de sociologia. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

24. MAIR, Lucy. **Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

25. MARTINS, Ismênia. **História:** Estratégias de Pesquisa. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2001.

26. MARX, Karl. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

27. MATTOSO, Kátia Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

28. MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da Escravidão:** o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

29. MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

30. NEDER, Gizlene. **Os estudos sobre a escravidão e as relações entre a História e o Direito**. *In:* Revista *Tempo*, Vol.3 – n° 6, dez. 1998.

31. NICOULIN, Martin. **A Gênese de Nova Friburgo:** Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

32. PEDRO, José Carlos. **A colônia de Nova Friburgo:** suíços e luso-brasileiros na freguesia de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1831). Dissertação de Mestrado, UFF, 1999.

33. RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1951. Volume 1.

34. REIS, José Carlos. **História e Teoria:** Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

35. _____. **Escola dos Annales:** A inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

36. REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

37. SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

38. THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Prefácio do Volume I).

39. _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. 3ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

40. _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

41. TSCHUDI, Johan von Jacob. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980. (1853)

42. MANUAL PARA ELABORAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DE DISSERTAÇÕES TESES / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sistema de Bibliotecas e Informação; organizado por Elaine Baptista de Matos Paula et al. – 3. ed. rev., atual. e ampl. -- Rio de Janeiro : SiBI, 2004. Disponível em: http://acd.ufrj.br/~museuhp/ensino.htm.

* Daniel Martinez de Oliveira é graduado em História pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia (Nova Friburgo/RJ) e pesquisador do Centro de Pesquisas e Projetos Sociais da mesma instituição. Este artigo é resultado de pesquisa realizada durante o estágio de Iniciação Científica no Centro de Documentação Histórica - Pró-Memória de Nova Friburgo.